

# ASPECTOS DA FORMAÇÃO/INSTITUIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO/DO BRASIL

José Mario Botelho (FFP-UERJ)  
[jomartelho@gmail.com](mailto:jomartelho@gmail.com)

## RESUMO

O tema a ser desenvolvido nesta Palestra não tem recebido uma abordagem conveniente daqueles que se propõem a essa tarefa, pois não fazem reflexões acerca das três fases da história da língua portuguesa no Brasil, como foram feitas por Silva Neto (1976). Aspectos sociolinguísticos dessas três fases não têm recebido a devida atenção. Certamente, os descendentes dos portugueses, os índios, os negros e os mestiços se esforçavam para aprender aquele português transplantado e o manuseavam de forma particular. Por isso, além de se tratar dos aspectos de uma formação do português no Brasil, não se pode deixar de considerar o fato de a língua ter sido instituída no país propriamente.

### Palavras-chave:

Transplantação. Aspectos sociolinguísticos. Instituição do português.

## RESUMEN

El tema a desarrollar en esta Conferencia no ha recibido un abordaje adecuado por parte de quienes emprenden esta tarea, pues no reflexionan sobre las tres fases de la historia de la lengua portuguesa en Brasil, como lo hizo Silva Neto (1976). Los aspectos sociolinguísticos de estas tres fases no han recibido la debida atención. Ciertamente, los descendientes de portugueses, los indios, los negros y los mestizos hicieron un esfuerzo por aprender ese portugués trasplantado y lo manejaron de una manera particular. Por lo tanto, además de abordar aspectos de la formación del portugués en Brasil, no se puede dejar de considerar el hecho de que la lengua se estableció en el propio país.

### Palabras clave:

Trasplante. Aspectos sociolinguísticos. Institución de Portuguesa.

## 1. Introdução

*“Promover uma língua brasileira, variante da língua portuguesa, é, do ponto de vista linguístico, ou um erro ingênuo e pernicioso, ou uma ilusão científica – fruto da arrogância, de quem pretende se impor como especialista no assunto. Do ponto de vista histórico e prático, é uma utopia e, do ponto de vista político, é uma invalidação da identidade étnica e cultural do povo brasileiro<sup>1</sup>.” (BOTELHO, 2025)*

---

<sup>1</sup> Parafrazeando Eugenio Coseriu ao se referir às práticas de “purificação linguística” das autoridades de Chisinau, que promoviam a ideia da existência de uma língua moldava, durante a conferência científica “A unidade da língua romena – com especial referência à Bessará-

Para uma conveniente descrição da formação da língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, uma melhor compreensão do assunto, tem-se mesmo que considerar que “o português do Brasil *não é um todo, um bloco uniforme*”, como já ressaltava o Prof. Ismael de Lima Coutinho em sua *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (1976, p. 16 – grifo do autor), uma vez que são diversas as ocasiões, as regiões, as comunidades linguísticas e as classes sociais desde o momento em que o português foi transplantado para o Brasil.

Atentemo-nos para o fato de que os colonizadores portugueses eram de regiões diferentes de Portugal e, quando aqui chegavam e se instalavam, uniam-se num ideal comum, o de tornar as terras brasílicas numa parte de Portugal e de tornar o português a língua de um imenso Portugal. Portanto, ocorreu, nesse primeiro momento, uma unidade impressionante na língua utilizada por aqueles colonizadores. Castilho (2002, p. 10) afirma que “esses colonos trouxeram um português de feição arcaica, matizado de diferenças regionais (que nunca foram muito profundas), logo desvanecidas no grande cadinho americano da interação linguística”.

Nos dois primeiros séculos da mal instituída colonização do país, pois a presença dos portugueses era pequena e suas ações colonizadoras eram igualmente medíocres, pode-se dizer que ocorria uma relativa unidade linguística do português do/no Brasil, falada na costa brasileira. Contudo, logo se estabeleceu um multilinguismo com a chegada de muitos estrangeiros visionários e de muitos africanos escravizados.

Esses primeiros colonizadores se estabeleceram no litoral e paulatinamente iam introduzindo essa unidade linguística para o interior com as entradas e bandeiras dos famosos Bandeirantes, que se utilizavam de uma língua geral na comunicação necessária com as gentes brasílicas que encontravam normalmente sob uma situação conflituosa.

Tentativas frustrantes de colonização ocorreram nesse Brasil Colônia, com a instituição de capitânias hereditárias, que objetivavam principalmente descentralizar o poder. Instalou-se o Governo-Geral na capital Salvador para administrar a colônia, na tentativa de fazer cumprir as ordens e leis exigidas pela Corte portuguesa. Nessa época, já se podia verificar a

---

bia e à Bucovina”, no V Congresso de Filólogos Romenos (Iași-Chișinău, 6 a 9 de junho de 1994). Coseriu reiterou a sua opinião com essas palavras: « La propagation sous toute forme d’une langue moldave, différente de la langue roumaine, est une fraude d’un point de vue scientifique, une absurdité et une utopie d’un point de vue historique et pratique et du point de vue politique c’est l’annulation de l’identité ethnique et culturelle d’un peuple et, donc, un acte de génocide ethnoculturel. (Coșeriu, 2002:3 *apud* Lența, 2004) ».

existência de uma língua portuguesa do Brasil, que concorria com as línguas gerais (a saber, havia 4 línguas gerais).

Coutinho (1976) comenta o seguinte sobre o uso do português na época colonial do Brasil:

É indispensável distinguir, desde os tempos mais antigos, os estratos sociais da língua portuguesa usada no Brasil. Por isso estabelecemos que os portugueses da Europa, e seus filhos fariam um português de notável unidade, enquanto os aborígenes, os negros e os mestiços se entendiam num Criolo ou *semicriolo*. À proporção que se ia firmando a civilização, o português, graças ao seu prestígio de língua dos colonizadores e de língua literária, foi-se irradiando. (COUTINHO, 1976, p. 16)

De fato, todos, portugueses, aborígenes, estrangeiros e escravizados, utilizavam-se de uma língua geral (indígena, de origem tupinambá) até 1808, quando a família real portuguesa, expulsa de Portugal pelos franceses, chega ao Brasil. Em seguida, deu-se início ao processo de independência, e a língua portuguesa pôde, então, firmar-se como a língua do Brasil.

Sobre os fatores de ordem política, Castilho (2001) acusa dois quadros:

I. Dos primórdios da colonização até o sec. XVIII, em que a linguagem brasileira tomou três matizes: o português falado na costa, por brancos e descendentes, um crioulo ou semicriolo de índios e negros, e a língua geral (tupi), falada por mamelucos e brancos em seus contactos com estes e com os índios.

II. Chegado D. João VI, procede-se à europeização do país, ao mesmo tempo que se desenvolvem os grandes núcleos urbanos; em consequência, opõem-se os falares urbanos aos rurais e criam-se zonas de influência linguística, que são as cidades. É a segunda fase da Língua Portuguesa no Brasil. (CASTILHO, 2001, p. 11-12)

Esses momentos, por que passou a língua portuguesa no Brasil, compõem, pois, três períodos distintos da história do português no país, que passo a descrever a seguir.

## ***2. A colonização portuguesa no Brasil e a transplantação da língua portuguesa***

Corroborando a proposta de Castro (2006) acerca dos dois ciclos evolutivos na história da língua portuguesa, apresentamos, neste capítulo, os fatos históricos da formação das comunidades linguísticas brasileiras, para as quais se transplantou o português a partir de 1500. A saber, o segundo ciclo proposto por Castro se refere à expansão do português para fora da Europa, movimento que teve início no final do século XV. Como o Brasil

fora “descoberto” pelos portugueses no início do século XVI, em que a língua portuguesa, já consolidada em Portugal como língua de cultura, se expande para o estrangeiro, discorrer sobre a colonização portuguesa das terras brasílicas se faz necessário.

Os portugueses se aventuravam em viagens e explorações marítimas desde o final do século XIV. De fato, foram eles os pioneiros a se lançar no mar no período das grandes navegações marítimas. No início do século XV, os portugueses saíram a descobrir novas terras, conquistando algumas para colonizá-las, ou desenvolvendo as suas atividades comerciais. Tais viagens marítimas também facilitaram a saída de muitas pessoas comuns de Portugal ao longo do tempo; essas saídas se prolongaram no decorrer dos séculos, constituíram diversas comunidades diaspóricas portuguesas espalhadas por todo o mundo, como observei em um trabalho anterior:

Primeiramente, os portugueses se movimentaram pela Europa (Flandres, Inglaterra, França); a partir do século XV, espalharam-se pela África, depois pela América e, em seguida, pela Ásia e pela Oceania. Fundaram muitas cidades, colonizaram-nas e participaram ativamente de seu desenvolvimento até que se tornassem novas nações independentes. (BOTELHO, 2016, p. 25)

De acordo com os registros históricos oficiais, os portugueses desembarcaram no Brasil em 1500, a 22 de abril, pela primeira vez. Embora haja a possibilidade de a esquadra de D. Duarte Pacheco Pereira, numa expedição secreta enviada por D. Manuel I, ter aportado em um ponto entre o Maranhão e o Pará no final do ano de 1498, não há registro desse suposto desembarque. O objetivo daquela expedição era o de fazer um reconhecimento da área situada nas mediações da linha de demarcação (a 370 léguas a oeste de Cabo Verde), prevista no Tratado de Tordesilhas, que tinha sido assinado pelos governantes de Portugal e de Castela em 1494. Logo, D. Duarte avistara a vastidão de terra entre o Maranhão e o Pará, seguindo para o Norte até a foz do Amazonas e Ilha de Marajó, sem aportar em terra firme.

Contudo, no século do que comumente chamamos de “descobrimento do Brasil”, a língua portuguesa chegou como um visitante apressado, que não ficou por muito tempo; a comitiva portuguesa que chegou ao Brasil em 22 de abril de 1500 partiu quatro dias depois.

De fato, os portugueses não permaneceram por mais de três dias em terra firme; chegaram ao litoral do Brasil em 22 de abril, quando avistaram o Monte Pascoal no Sul da Bahia; desembarcaram no dia 23 e receberam representantes indígenas; no dia 24, navegaram para o Norte do litoral baiano e ancoraram seus navios na baía de Santa Cruz Cabralia, nas proximidades da atual Porto Seguro; no dia 26, num domingo de Páscoa, celebraram a

Primeira Missa na praia da Coroa Vermelha; voltaram para os navios fundeados naquela baía, em que ficaram até 2 de maio e logo partiram, rumo às Índias.

No litoral baiano, onde foi celebrada a Primeira Missa, habitavam duas grandes nações indígenas do grupo linguístico tupi: a nação tupinambá e a nação tupiniquim. Os tupinambás ocupavam a faixa compreendida entre Camamu e a foz do Rio São Francisco, com aproximadamente 100 mil indivíduos; a nação tupinambá era composta de várias tribos violentas e antropofágicas, que lutavam entre si. Os tupiniquins (tupinaquis ou tupinanquins) ocupavam a faixa compreendida entre Camamu (na Bahia) até o rio Cricaré (no atual Espírito Santo) e o litoral do atual estado de São Paulo entre Cananeia e Bertioga; a nação tupiniquim não era violenta. Mais para o interior, numa faixa paralela à dos tupiniquins, vivia a nação aimoré; e, no interior, vivia uma grande nação indígena do grupo linguístico macro-jê, que os tupis chamavam de tapuias (“inimigos”, “os que fugiram da aldeia”, “os que não falam a nossa língua”).

Quando a esquadra de Cabral pisou em terra firme, em 23 de abril de 1500, foi com os tupiniquins que os portugueses fizeram o primeiro contato. Mais tarde, com essa nação indígena, como aliados, os portugueses lutaram contra muitas tribos selvagens e venceram. Também participaram, de forma efetiva, na colonização portuguesa da região de Santos e Bertioga no século XVI, como relata o padre jesuíta Fernão Cardim em seu *Tratado da terra e da gente do Brasil*:

[...] estes forão e são os amigos antigos dos Portuguezes, com cuja ajuda e armas, conquistarão esta terra, pelejando contra seus próprios parentes, e outras diversas nações barbaras e erão tantos os desta casta que parecia impossível poderemse extinguir, porem os Portuguezes lhes têm dado tal pressa que quasi todos são mortos e lhes têm tal medo, que despovoão a costa e fogem pelo sertão a dentro até trezentas a quatrocentas léguas [sic]. (CARDIM, 1939, p. 121)

Foram muitas as incursões dos portugueses em busca da suposta riqueza em ouro e prata. Durante esse tempo, descobriu-se, por volta de 1511, que a terra explorada era rica em pau-brasil.

Exploraram a Mata Atlântica e lucraram com o extrativismo do pau-brasil; e pouco ou nada faziam para acelerar o processo de colonização da terra explorada. Os povos brasílicos recebiam bugigangas em troca do trabalho praticamente escravo de carregamento da madeira até os navios portugueses, que prestavam para o “colonizador” (Cf. BOTELHO, 2016).

A pouca ou nenhuma importância dada por Portugal à colonização das terras brasílicas encontradas é um fato, tanto o é que o início da coloniza-

ção não se deu de imediato; a preocupação dos portugueses era evidentemente outra como observa Holanda em sua obra *Raízes do Brasil*:

Mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização. Não convinha que aqui se fizesse grandes obras, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios. Nada que acarretasse maiores despesas ou resultasse em prejuízo para a metrópoles [*sic*]. (HOLANDA, 2014, p. 128)

Também era uma preocupação dos portugueses a proteção das terras descobertas, as quais eram cobiçadas por outros povos estrangeiros – como os franceses e os ingleses –, que tinham interesse na exploração das possíveis riquezas dessa nova terra. Por isso, o rei de Portugal, D. João III, mandou organizar uma expedição colonizadora e a enviou para o Brasil, sob o comando de Martins Afonso de Souza, que era seu amigo de infância. A colonização só teve o seu início, mal e parcamente, a partir de 1530, quando D. João III estabeleceu as doze capitânicas hereditárias. Mas não se deu efetivamente uma colonização; deram-se uma continuidade de exploração da terra, a escravização dos nativos e a exterminação de muitas tribos brasileiras por causa das doenças trazidas pelos poucos exploradores e pelos seus costumes europeus ou pelas guerras entre tribos rivais e seus aliados portugueses.

As populações nativas, em estágio cultural rudimentar, com economia baseada na caça, na coleta ou numa plantação incipiente, eram afugentadas, eliminadas ou escravizadas (Cf. CÂMARA JR. 1985, p. 26).

Assim, sob o comando de Martin Afonso de Souza, a Coroa Portuguesa incentivou expedições para a colonização da nova terra, com um sistema de capitânicas. Porém, o verdadeiro objetivo era o de proteger o vasto território das investidas de piratas, que invadiam as terras brasileiras e retiravam a madeira das matas de forma ilegal.

Essa primeira tentativa de ocupar as terras desde o início se deu de forma árdua e muito conflituosa para ambas as partes: colonizadores e colonizados. Nesse momento, início da colonização das terras brasileiras propriamente, inicia-se também a história da língua portuguesa no Brasil, uma vez que se podem assinalar três fases dessa história, como o fez Silva Neto (1976, p. 67-90).

Segundo Silva Neto, a primeira fase é aquela que começa com o início da colonização em 1532 e se estende até 1654, quando os holandeses, que tinham invadido o Nordeste do Brasil por causa do comércio açucareiro, foram expulsos pelas tropas luso-brasileiras. Com a posse definitiva das terras, aumentou significativamente a migração de portugueses para o país.

A segunda fase se efetiva de 1654 a 1808 com a chegada a Corte portuguesa, que fugira de Portugal, em virtude da guerra contra os franceses. Nessa época, avolumara-se a população branca e a influência dessa população branca e a dos negros escravos sobre a língua portuguesa do Brasil se fizera marcante. A terceira e última fase, que tivera início em 1808, com a chegada dos 10 a 15 mil portugueses que vieram com a Corte portuguesa, marca as diversas transformações socioeconômico-culturais por que passou e ainda passa a sociedade brasileira.

Logo após a chegada do Príncipe Regente D. João, o Brasil foi elevado à situação de Reino Unido a Portugal e Algarves e com isso deram-se mudanças fundamentais: a criação da Imprensa Régia, que possibilitou o funcionamento de tipografias e a publicação de jornais; a fundação do primeiro Banco do Brasil; a criação da Academia Real Militar; a abertura de escolas especializadas; a criação da Biblioteca Real; a construção do Jardim Botânico, do Museu Real e da Escola Real de Ciências, Artes e Offícios; e algumas criações no cenário artístico-cultural.

Martim Afonso de Sousa fundou, então, o primeiro centro de exploração colonial no litoral do atual Estado de São Paulo, ao qual reuniu um pequeno contingente. Desse pequeno povoado, originou-se, em 22 de janeiro de 1532, a Vila de São Vicente, que, mais tarde, avizinhou-se de outros focos de ocupação nessa região do Planalto de Piratininga.

Dessas capitanias, somente a de Pernambuco e a de São Vicente prosperavam, pois recebiam investimentos do rei e de empresários.

A maior parte dos habitantes dessas colônias eram degredados, desertores e mulheres sem família (normalmente jovens órfãs) – gente marginalizada no Velho Continente –, meninos órfãos e padres jesuítas.

Sobre os degredados, Pieroni (2011) observa que os primeiros degredados portugueses foram deixados pelos descobridores em 1500 como se pode depreender da narrativa de Pero Vaz de Caminha, que fala sobre a intenção dos portugueses em deixar degredados entre os gentios:

E o Capitão mandou aquele degredado Afonso Ribeiro e a outros dois degredados, que fossem lá andar entre eles; e assim a Diogo Dias, por ser homem ledo, com que eles folgavam. Aos degredados mandou que ficassem lá esta noite.

.....  
O Capitão mandou a dois degredados e a Diogo Dias que fossem lá à aldeia (e a outras, se houvessem novas delas) e que, em toda a maneira, não viessem dormir às naus, ainda que eles os mandassem. E assim se foram.  
.....

E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. (CAMINHA, 1500. In: *Só História*, 2009-2020)

O próprio Pieroni assevera que muitos dos degredados que viviam no Brasil-Colônia alcançavam um *status* privilegiado entre os emigrantes nas vilas e capitânicas.

Na verdade, no início da colonização do Brasil, a escassez de portugueses em certas capitânicas era tão evidente que toda pessoa proveniente do Reino era digna de atenção. Dessa maneira, em determinadas ocasiões, o degredado constituía um elemento indispensável na lide colonizadora e foi, sem dúvida por isso, que alguns obtiveram cargos públicos (Cf. PIERONI, 2011, p. 32).

Embora não haja relatos oficiais, sabe-se que a Coroa Portuguesa passou a enviar para o Brasil-Colônia mulheres órfãs para suprir a falta de mulheres portuguesas. Eram jovens órfãs que vinham para se casar no Brasil e povoar as vilas e capitânicas. Contudo a miscigenação não pode ser evitada, pois foram as mulheres indígenas e africanas que passaram a povoar as vilas porque a falta de mulheres portuguesas era uma realidade.

Há relatos em cartas jesuíticas sobre a vinda de meninos órfãos de Portugal, do Colégio dos Órfãos de Lisboa, para o Colégio dos Meninos de Jesus, de Salvador. Os padres descrevem, nessas cartas, a peregrinação dos pequeninos pelas matas, pelas aldeias, pelos aldeamentos. A atuação dos meninos era de grande serventia para os jesuítas, porquanto aprendiam as línguas dos gentios com a facilidade natural das crianças, além de serem educados para o “serviço divino” de evangelização e para a divulgação da língua portuguesa entre os indígenas.

Em uma carta enviada para Simão Rodrigues, um dos fundadores da Companhia de Jesus e primeiro Provincial de Portugal, o primeiro bispo de Salvador, D. Pedro Fernandes, faz o seguinte relato:

Los niños huérfanos antes que yo viniese tenían costumbre de cantar todos los domingos y fiestas cantares de nuestra Señora al tono gentilico, y tañerem ciertos instrumentos que estes bárbaros tañen y cantan quando quieren beber sus vinos y matar sus inimigos. [...] Estos gentiles se alaban que ellos son los buenos, pues los Padres y niños tañían sus instrumentos y cantavan a su modo<sup>2</sup>. (D. FERNANDES, 1552 *apud* LEITE, 1954, p. 359)

---

<sup>2</sup> “As crianças órfãs antes que eu viesse tinham o costume de cantar canções de Nossa Senhora todos os domingos e nas festas em tons gentílicos, e tocavam certos instrumentos que esses

O Pe. Manoel de Nóbrega, indignado com a soberba de D. Pedro Fernandes, em carta àquele mesmo Provincial lisboeto, declara que os órfãos já costumavam cantar nas missas, “Os mininos desta casa acostumavão cantar pelo mesmo toom dos Indios, e com seus instrmentos, cantigas na lingua em louvor de N. Senhor, com que se muyto athrahião os corações dos Indios [*sic*] (NOBREGA, 1552 *apud* LEITE, 1954, p. 374).

Ainda nos meados do século XVI, por volta de 1549, o rei criou o Governo Geral do Brasil e a ocupação se estendeu para o Sudeste, mas com a mão de obra escrava de africanos; nessa época, desembarcaram no Brasil por volta de cinquenta mil portugueses e 50 mil escravos africanos para o cultivo da cana-de-açúcar.

Na fundação da cidade de São Paulo, em 1554, pelo padre jesuíta Manuel da Nóbrega, os portugueses contaram com a ajuda da tribo dos tupiniquins. Os jesuítas catequizaram-nos em Aldeia Nova, mas os índios sofreram grandes baixas com a varíola e com as formigas, que destruíram as suas plantações.

No início do século XVII, Pernambuco, que era a mais próspera das capitanias hereditárias, já era o maior e mais rico produtor de açúcar do mundo. Nessa época, a imigração portuguesa continuava muito reduzida: chegaram mais 50 mil portugueses, mas a população de escravos africanos crescia assustadoramente: chegaram ao Brasil em torno de 550 mil escravos.

Decerto, a presença do homem branco, português, se encontra dissimulado naquela enorme massa de índios e negros africanos. A língua portuguesa, em desvantagem, concorria com a língua geral de base tupinambá, que era utilizada por todos, fazia-se necessária a mercadores em suas visitas, aos aventureiros em suas incursões, aos moradores das vilas em seu convívio com os silvícolas. Particularidades iam se configurando naquele português que se usava no país, já que essa língua “se implantara na massa compósita, que o empregava decerto à sua moda” (SILVA NETO, 176, p. 68). Mas, assim como o português se particularizava na boca daquela nossa gente tosca, também recebia um tratamento cuidadoso pelos padres nos colégios de Pernambuco e da Bahia em seus estudos religiosos e por um pequeno grupo de funcionários, letrados e senhores da terra. A língua portuguesa do Brasil ia tomando feição e pouco a pouco se afastava da norma lusitana.

---

bárbaros tocam e cantam quando querem beber seus vinhos e matar seus inimigos. [...] Esses gentios se gabam por serem os bons, porque os pais e as crianças tocavam seus instrumentos e cantavam à sua maneira.” (tradução livre)

O movimento de ocupação e colonização do litoral intensificou-se na medida em que declinava o Império Português do Oriente. Nessa época, o Brasil passava a ser a grande colônia ultramarina de Portugal. Inicialmente, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro constituíam os três grandes centros de colonização do litoral brasileiro; mais tarde, Maranhão e São Paulo completaram o processo de colonização.

Nessas zonas litorâneas do Nordeste ao Sudeste, a população de nativos brasílicos diminuía também assustadoramente: muitos adoeciam e morriam, outros tantos migravam para o interior. Os índios, em estágio rudimentar de aculturação, eram afugentados ou escravizados ou extintos pelos colonizadores portugueses. Aumenta, sobremaneira, o número de negros africanos que substituíam o escravo índio nas lavouras espalhadas pelo Sudeste do país. Nessa época, em 1594, chegam ao país cinco mestres de ensinar a ler e escrever; entre eles, estava o conhecido Bento Teixeira, que pouco mais tarde escreve o seu *Prosopopeia*.

Segundo um relato de 1618 – *Diálogos das Grandezas do Brasil* – Olinda, com seus mercadores e lojas em funcionamento, era como uma pequena Lisboa, e o Brasil era “praça do mundo”. Nele, se lê: “(...); porque já vos disse que o Brasil era academia aonde se aprendia o bom falar, e isso baste por agora acerca dos brancos, (...)” (BRANDÃO, 1618, p. 65).

Aos poucos, as sociedades brasileiras se modificavam: consideravelmente pequena era a incorporação das etnias nativas na sociedade branca de natureza portuguesa; a mestiçagem era intensa; a desagregação da vida tribal e de seus valores sociais era flagrante. De fato, as nações brasílicas mal resistiam o impacto da mudança: aniquilavam-se ou se extinguíam; e os mestiços pertenciam culturalmente à sociedade branca.

Segundo um recenseamento feito por Anchieta, o total de habitantes no Brasil era de 57 mil, sendo 25 mil brancos, 18 mil índios e 14 mil negros. Mas como chegavam mais e mais negros e brancos e desaparecia a população de índios, multiplicavam-se os mestiços. Tanto que em 1600 já passava de 50 mil o número de mamelucos e mulatos dos mais de 100 mil habitantes.

No segundo meado do século XVII, já durante a segunda fase da língua portuguesa no Brasil, o número de habitantes já chega a 600 mil. Nessa época, o número de ladinos (brasileiros índios e mestiços que já fazia um bom uso da língua portuguesa) já era acentuado. Os senhores de engenhos praticavam o português oficial e literário, prestigiado por ser a modalidade da escrita, que não se afastava muito da norma portuguesa europeia, mas já se distinguia dela, e se fazia característica do Brasil. Nela, se incorporavam

elementos e aspectos próprios, que só seriam perfeitamente notados no século XIX com a chegada da Corte, que possibilitou o contraste direto, já que muitos habitantes de zonas rurais se deslocaram para a metrópole.

No final do século XVII, por conseguinte, a língua geral começa a perder espaço para o português do Brasil. O seu emprego passa a se limitar às povoações do interior do país e em comunidades de organização jesuítica. Inclusive, o Pe. Vieira comentara, em um Sermão, que tivera vivido na época em que a nativa língua portuguesa não era mais geral do que a brasílica, mas que não era isso o que se via no momento (Cf. VIEIRA, Sermões VIII, 2013, p. 520).

E durante o século XVIII, estando os poucos índios – dos milhares que nessas terras brasílicas viviam antes da chegada dos portugueses – incorporados às sociedades modernas, mestiça em sua maioria, os maus-tratos contra eles continuavam. Havia também por parte dos portugueses quem procurava defender os índios existentes daquela política de confronto e extermínio. Em Minas Gerais, o militar colonizador Guido Thomas Marlière, considerado um dos mais fervorosos defensores dos índios brasileiros de todas as épocas, empenhou-se sobremaneira para evitar o que seria o massacre dos aguerridos botocudos da Zona da Mata. O ativista francês, um dos precursores do indianismo, mesmo a serviço da Coroa Portuguesa como Capitão do Regimento de Cavalaria em Vila Rica, enviou, como Diretor Geral dos Índios (nomeado em 1824), um contundente tratado ao Governo, em que criticava os tipos de aldeamento portugueses aos jês, que via como inapropriado. Sugerira que se formassem sesmarias (divisão dos terrenos portugueses praticamente abandonados) específicas:

O governo deve conceder para cada aldeia quatro sesmarias, metade consagrada agricultura, metade reservada para tirar madeira de construção para os edifícios o divertimento da caça para os índios. (MARLIÈRE, 1824? *apud* SCHOMMER, 2012, p. 8)

Nesse documento, Marlière, relatando a realidade vivida pelos silvícolas, denunciava a vil conduta dos diretores de aldeamentos e daqueles agressores de índios:

Que piores inimigos tem o Império do que os súditos dele, que matam ou mandam matar os índios pacíficos sem manifesta ou prévia provocação? Que lhes usurpam a terra? Que os excitam à rebelião e à desconfiança, espalhando entre eles insinuações de que os diretores os querem reunir para os matar? [...] Que bons cidadãos são os que lhes dão camisas de bexiguentos e dos que morreram de sarampo para os exterminar? Que os convidam para comer e lhes dão tiros? [...] Que esforcem as suas mulheres e filhas? Que os fazem trabalhar e lhes pagam com pancadas? (MARLIÈRE, 1824? *apud* SCHOMMER, 2012, p. 9)

De fato, ainda hoje, em pleno século XXI, continuam a ocorrer tais ações de abusos e violência contra os índios remanescentes, e os agressores ainda são os senhores e poderosos, porém não são mais os portugueses. Os índios, que já não levam uma vida como os indígenas do passado recente, continuam sendo tratados como estrangeiros e sua própria terra, como se constata no relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de 2009, e no Relatório de Figueiredo, de 1967, que revela, em mais de 7 mil páginas, as violências físicas e morais que sofriam os índios na década de 60 durante a atuação do SPI e FUNAI (Cf. RESENDE, 2015).

No século seguinte, em 1808, chegavam ao Brasil o Príncipe Regente e sua Corte; muitas transformações sucessivas marcam essa nova fase do país, que também representa a terceira fase da língua portuguesa do Brasil. Com isso, deu-se uma grande movimentação de pessoas: as elites rurais emigraram para as cidades em busca dos prazeres da vida urbana que se formou com a instalação das nobres famílias portuguesas. Nesse momento, ficava clara a existência de um uso tipicamente brasileiro da língua portuguesa na boca daquelas famílias, que se esforçavam para copiar a fala dos portugueses recém-chegados.

D. João determinou a abertura dos portos às nações amigas, o que incentivou a entrada de vários povos estrangeiros: europeus e asiáticos.

Com a independência do Brasil, em 1822 e fim da colonização portuguesa, a imigração portuguesa diminuiu, embora um número considerável de portugueses continuasse a se transferir para o Brasil. Também o tráfico de escravos africanos atingiu o seu ápice nesse século XIX até ser extinto em 1850.

Nos meados do século XIX, a imigração portuguesa no Brasil se intensifica novamente mesmo após a Independência deste país. Diferente da imigração de portugueses em épocas anteriores, já que ocorria um constante movimento migratório desde o século XVI, o qual aumentou no século XVIII, no final do século XIX, o fluxo migratório de portugueses para o Brasil independente se fez notável, atingindo, entre 1901 e 1930, a sua dimensão máxima. Esse fluxo migratório se manteve bastante elevado até mais ou menos 1950, quando praticamente deixou de ocorrer.

Assim, com a chegada dos portugueses no Brasil, uma mudança profunda se efetivou na sociedade brasileira: uma nova cultura, uma nova filosofia religiosa, novos costumes. Também a comunicação linguística se modificou; a língua portuguesa, trazida sob a forma dos muitos dialetos (Cf. CÂMARA JR. 1985, p. 29; SILVA NETO, 1976, p. 16), em virtude das

diferentes imigrações do Norte e do Sul de Portugal, passou a ser usada pelas comunidades que se formaram com a colonização portuguesa.

Muitos portugueses de Lisboa chegaram com a sua linguagem no século XIX. Contudo, ao lado da linguagem lisboeta também chegavam à terra conquistada outras variedades linguísticas portuguesas. Logo, a língua portuguesa trazida para o Brasil já se apresentava multiforme, e como observou o Prof. Serafim da Silva Neto, o fato de vários dialetos portugueses de Portugal terem-se concentrados num mesmo lugar no Brasil deve ter favorecido o surgimento de uma inusitada variedade da língua (Cf. SILVA NETO, 1976, p. 16-7).

E essa língua portuguesa entra em contato com a língua portuguesa do Brasil (ou línguas brasileiras), com a qual cria um bilinguismo e outros inevitáveis conflitos socioculturais.

Das muitas propostas sobre a formação do português do Brasil (denominação preferível em relação a português brasileiro), a hipótese de Mattos e Silva (2001) é a que me parece menos radical, apesar de, assim como as demais, não ser científica. Segundo a autora, ter-se-ia formado no país um “português geral”, tipicamente brasileiro, na complexa interação entre a língua do colonizador, as numerosas línguas indígenas brasileiras e as inúmeras línguas africanas dos escravos, somada as diversas línguas de emigrantes europeus e asiáticos do meado do século XIX (Cf. MATTOS E SILVA, 2002-2004). Na opinião de Mattos e Silva (2001), teriam sido os escravos africanos e seus descendentes o principal agente da difusão desse português geral, que considera como o antecedente histórico do português popular brasileiro. Logo, a formação do português do Brasil estaria ligada à linguagem dessa população de africanos e afrodescendentes, que “(...) desempenharam múltiplos e pequenos, mas essenciais, papéis tanto no interior das famílias dos colonizadores, como atividades externas indispensáveis, tanto nos núcleos urbanos em formação como no mundo rural da colônia” (MATTOS E SILVA, 2001, p. 293).

Contudo, não declara a autora que a modalidade brasileira da língua portuguesa se tenha formado com esses negros africanos e afrodescendentes, que a teriam forjado em seu falar. Decerto, pode-se admitir a existência de um falar português estranho entre os africanos e afrodescendentes no Brasil até o século XVIII, mas não era esse falar estranho, por ser uma adaptação do português no uso comum dos mestiços, aborígenes e negros, a língua portuguesa do Brasil que se comprovou ser característica em contraste com o português europeu que chegara com a Corte em 1808.

Esse falar que se caracteriza como um semicrioulo<sup>3</sup> português não sobreviveu; era usado pelos boçais (indivíduo que não dominavam a língua portuguesa), que tinham a consciência de que o português era uma língua superior não só porque era a língua dos senhores, mas, sobretudo, porque era a língua que denotava prestígio social superior. Apreendê-la e usá-la eram desejados por todos, o que, não raro, acontecia e os boçais passavam a ladinos, que gozavam de certas prerrogativas e ocupavam certas posições naquela sociedade (Cf. LIMA, 2015). Aquele semicrioulo – linguagem tosca dos mestiços, aborígenes e negros – deixava de existir paulatinamente.

### **3. *O multilinguismo na comunicação dos primeiros dois séculos no Brasil***

Durante as primeiras providências para a efetivação da colonização portuguesa no Brasil, quem ocupava mesmo as terras eram os índios: no vasto litoral brasileiro, predominavam tribos de índios tupis; no interior, tribos de índios guaranis. Os portugueses subjugavam e aculturavam os índios do litoral, mas a língua portuguesa, que fora introduzida pelos colonizadores, passa a concorrer com os falares dos índios brasileiros – num bilinguismo – e, mais tarde, com os falares dos escravos africanos, influenciando-os e recebendo influências deles.

O bilinguismo que se estabelece no Brasil colonial se justifica, pois somente parte do litoral fora colonizado naquela época, e as nações indígenas da costa, entre a Bahia e o Rio de Janeiro, eram bem homogêneas cultural e linguisticamente.

Foi essa relativa uniformidade linguística das comunidades indígenas que habitavam no litoral da Bahia–Rio de Janeiro que possibilitou a comunicação entre o povo colonizador e os silvícolas brasileiros. Os seus dialetos puderam ser apre(e)ndidos pelos portugueses, que os tornaram uma língua geral (ou línguas gerais) de intercurso (Cf. CÂMARA JR., 1985, p. 27). Na prática, dessa língua geral, que servia de comunicação para todos: portugueses, estrangeiros livres, negros escravos, índios não tupis e novos brasilei-

---

<sup>3</sup>“Crioulo” – Diz-se de uma linguagem que deriva de um *pidgin* (comunicação de contato entre duas línguas diferentes), que não é, de fato, uma língua natural, mas apenas um sistema de comunicação desenvolvido da interação entre duas línguas diferentes. Por extensão: o português falado em colônias ou possessões portuguesas da África. Há autores, como Holm (1991), que afirmam que o português do Brasil é um semicrioulo. Para Holm, o semicrioulo é uma comunicação linguística parcialmente reestruturada; ou seja, uma variante pouco *pidginizada* e que preserva uma parte considerável da estrutura do estrato português (Cf. HOLM, 191, p. 1).

ros, havia quatro modalidades: a do Sudeste, a do Nordeste, a do Norte e a do Sul. Assim, estabeleceu-se essa língua geral, de natureza tupinambá, que concorria, com vantagem, com a língua portuguesa na vida cotidiana da colônia.

Ainda em 1553, veio para o Brasil, a convite de Nóbrega, o padre José de Anchieta, que foi viver com os índios e, em menos de três meses, passou a conhecer profundamente as línguas do tronco tupinambá. Foi ele quem primeiro escreveu em tupi, pois foi quem registrou pela primeira vez a gramática dessa língua. Anchieta também ensinou os índios a falarem o português. O jesuíta, que já era poliglota – conhecia muito bem o espanhol, o latim e o grego –, escrevia autos bilíngues em português-tupi, e eram os índios que encenavam as peças. Assim, os índios iam se evangelizando e aprendendo a língua dos colonizadores. Também a língua geral do Brasil se fez literária com as atividades dos missionários jesuítas.

A exploração do interior do país só foi possível depois da fundação do Colégio de São Paulo, em 1554, que serviu como núcleo da cidade de São Paulo. Praticamente, todos os que habitavam o país ou que aqui permaneciam por um tempo usavam uma língua comum como língua de comunicação. A língua geral era a língua dos bandeirantes, em suas entradas na mata virgem; era a língua de quem desejasse se fazer entender com os habitantes da terra; era a língua de todos que permaneciam nas terras brasileiras.

O Pe. Vieira, quando trata da afinidade das famílias dos portugueses com os índios, assim se posiciona sobre o relacionamento entre eles:

Primeiramente é certo que as familias dos portuguezes e indios em S. Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mystica e domesticamente, e a lingua que nas ditas familias se falla, é a dos indios, e a portugueza a vão os meninos aprender á escola; e desunir esta tão natural ou tão naturalisada união, seria genero de crueldade entre os que assim se crearam, e há muitos annos vivem. [*sic*] (VIEIRA, 1856, p. 247)

Como se pode perceber na citação anterior, todos praticavam na língua indígena geral e a língua portuguesa só era preferida na escola, onde se primava pelo seu ensino. Mas ainda na escola, o tupi também era ensinado e já se tornava literário. E todos os novos brasileiros – que nasciam em terras brasílicas – falavam a língua dos índios, porque eram as mães, normalmente índias ou mestiças, que ficavam com os pequenos o dia todo para que os pais fossem para a árdua tarefa de tratar a terra e de cuidar do comércio. Também os homens portugueses se ocupavam das atividades socioeconômicas e não tinham tempo para cuidar dos seus descendentes e do idioma pátrio.

Além disso, a situação desfavorável ao uso da língua portuguesa era agravada pela ação efetiva dos missionários jesuítas, que protegiam os índios e os catequizavam. Para o exercício dessas atividades humanísticas em favor dos indígenas, os missionários jesuítas aprendiam a sua língua nativa, embora lhes ensinassem também o português. Logo, o português concorria com essa língua geral principalmente, e já disputava espaços com as línguas dos escravos africanos e com as diversas línguas dos estrangeiros que se encontravam no Brasil.

E é durante essa primeira fase da língua portuguesa que é escrito o poema épico, à semelhança de *Os Lusíadas*, de Camões, *Prosopopeia*, de Bento Teixeira, dirigido a Jorge d'Albuquerque Coelho, Capitão e Governador da Capitania de Pernambuco. Essa obra, que tem sido criticada e pouca valorizada pelos “críticos literários”, os quais a têm como uma imitação medíocre do célebre poema camoniano, tem a inquestionável importância de ser o representante da língua portuguesa do Brasil do século XVI.

Numa segunda fase, entre 1654 e 1808, num verdadeiro multilinguismo, o português do Brasil concorria efetivamente com essa língua geral, com as línguas dos escravos africanos e com as diversas línguas dos estrangeiros que se encontravam no Brasil. O português era, deveras, uma língua pouco utilizada e concorria com essa quantidade enorme de línguas de diferentes naturezas, caracterizando o que Mattos e Silva (2004) chamou de um “multilinguismo generalizado”.

E era esse *status quo*, em que se inseria o uso da língua portuguesa na época: o uso de uma pequena elite colonial, opondo-se a um uso dominante da língua geral (ou línguas gerais) e concorrendo com centenas de línguas indígenas e outras dezenas de línguas africanas. Além dessas diferentes línguas utilizadas por aquela população subjugada também se podiam observar variedades acentuadamente alteradas da língua portuguesa entre os populares e seus descendentes, os quais compunham o grupo dos ladinos – indivíduos índios ou mestiços, nascidos no Brasil, que já usavam a língua portuguesa preferencialmente.

Até a metade do século XVII esse cenário se manteve; a língua portuguesa, que se restringia à administração pública, aos núcleos familiares portugueses e às primeiras escolas dos jesuítas, não conseguia se impor à força da língua geral.

A língua geral se destacava em meio ao estado de multilinguismo, que se estendera no Brasil até o século XVIII, quando o Marquês de Pombal anunciara a sua política de proteção da língua portuguesa, criando o Diretório dos índios em 3 de maio de 1757. Pela primeira vez se recorria à força

da lei para conter o uso da língua geral: o Diretório oficializava o uso obrigatório do português e proibia o uso da língua geral primeiramente no Pará e no Maranhão e no ano seguinte em todo o país. Convém ressaltar que, nessa época, já havia um número considerável de ladinos que usavam a língua portuguesa com certa destreza.

Convém ressaltar que a ação desse documento não foi muito efetiva, pois não se conseguiu o sucesso esperado; o governo de Pombal não conseguiu emancipar os índios, integrando-os à sociedade como vassalos da coroa de Portugal como se pretendia. Também não se conseguiu, de imediato, impactar o uso da língua geral, porquanto não ocorreram as mudanças de atitudes e práticas linguísticas dos habitantes do Brasil.

Mais alguma coisa precisava ser feita para que a língua portuguesa pudesse sobrepor à língua geral. Por isso, Pombal também expulsa os jesuítas em 1759 e, sem os seus protetores, a língua dos índios entra em decadência, embora não tenha desaparecido de imediato em todas as partes do território brasileiro; por fim, em 1798, aquele Diretório foi revogado através de uma carta régia, que ficou restrita à região do Pará e capitânias subordinadas a ela e às regiões de São Paulo e Espírito Santo. Pode-se dizer que à revogação do Diretório seguiu-se um vazio legalizado, exatamente porque não existiu nenhuma diretriz por parte do Estado, que se mostrou indiferente àquela situação, embora haja quem discorde do que se convencionou chamar de “vácuo legislativo”. Esses preferem caracterizar tal cenário como a política indigenista no início dos anos oitocentos.

Cinquenta anos depois, a língua geral praticamente deixa de ser usada. De fato, o desaparecimento dessa língua geral só se efetivou com as diversas chegadas de famílias portuguesas para a colônia, que progredia rapidamente (Cf. BOTELHO, 2016). Também o número de brasileiros que se expressavam em português já era expressivo naqueles tempos de pós-independência.

Praticamente se substituíra o trabalho escravo feito pelos índios, que, praticamente expulsos das cidades, passaram a se concentrar nas florestas, e, da sua língua nativa, só restava um considerável número de palavras no vocabulário português.

Deu-se um considerável aumento do contingente populacional da Colônia, principalmente com a entrada de negros vindo da África por conta do grande tráfico de escravos, os quais eram destinados ao cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste e à exploração do ouro e do diamante nas minas recém-descobertas na região de Minas Gerais. Com isso, deu-se, também, um desenvolvimento do uso da língua portuguesa no território brasileiro.

Nesse século XVIII, depois de um longo Barroco, inicia-se uma terceira fase da língua portuguesa; desenvolvia-se no Sudeste do país uma linguagem literária tipicamente brasileira – português escrito das obras dos nossos poetas árcades – mas que se distinguia sobremaneira da linguagem oral comum do país.

O momento, em que a língua portuguesa passou a ser efetivamente o idioma do Brasil como consequência da diáspora portuguesa do século XIX, inicia-se com a chegada do Príncipe Regente D. João de Bragança e seus aproximadamente 15 mil seguidores portugueses a Salvador-Bahia em 22 de janeiro de 1808.

Nessa época, ocorreu um movimento de emigração para a região em que se concentrava a Corte portuguesa e as particularidades da língua portuguesa do Brasil são ressaltadas, porquanto o contraste com as particularidades da língua portuguesa que chega com a Corte é flagrante.

Também é nesse século XIX que surge o movimento literário do Romantismo brasileiro, que “aproximou consideravelmente a linguagem literária da linguagem oral comum do país”, como observa Câmara Jr. (1972, p. 20). Tal fenômeno também se dava em Portugal com o seu Romantismo e, em consequência disso, certas diferenças na escrita das duas nações lusófonas se mostraram, comprovando os dois diferentes usos, mormente orais, da língua portuguesa, que se firmaram desde então.

#### **4. A língua portuguesa no/do Brasil a partir do século XIX**

Não se pode negar que as variações do português europeu, influenciado pelo falar local, eram usadas por colonos portugueses, mestiços brasileiros e visitantes estrangeiros paralelamente à língua geral, de natureza tupinambá. Certamente, os descendentes dos portugueses, os índios, os negros e os mestiços se esforçavam para aprender aquele português e o manuseavam de forma particular. Tanto que se pode falar num semicrioulo português, de natureza africana, como sendo “um estágio aperfeiçoado da primitiva aprendizagem” (SILVA NETO, 1976, p. 97), e, grosso modo, num *pidgin* indígena-português, de natureza indígena.

Sobre a formação de um crioulo português, Silva Neto (1976) afirma direta e categoricamente:

No português brasileiro não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias. O que há é cicatrizes da tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios. (SILVA NETO, 1976, p. 97)

Considerando conveniente o comentário supracitado, pode-se dizer que o que se quer “crioulo português” ou uma origem crioula para o português do Brasil não passa de um português mal aprendido, e de ouvido, por indivíduos inseridos numa situação social desfavorecida. O mesmo fenômeno linguístico se pode verificar nos dias atuais com gerações de jovens não escolarizados, que também adquirem uma linguagem de ouvido (e não pelo ensino escolar) e apenas a repetem em sua comunidade, cujas condições sociais são normalmente desfavoráveis. Trata-se de um uso variante existente, mas não chega a ser o representante do que se tem por português do Brasil.

Para justificar tal concepção, Silva Neto (1976, p. 98) ressalta que “a linguagem dos escravos africanos estava muito distante do português falado pelos brancos, pelos filhos dos portugueses e até mesmo pelos mestiços”. Logo, impuseram-se, desde o início da formação do português do Brasil, condições específicas para uma produção linguística muito própria em face do português de Portugal.

Portanto, não convém tentar justificar as particularidades linguísticas do português do Brasil em face das do português europeu com a suposição questionável de um substrato tupi ou de línguas africanas. Trata-se efetivamente de a língua portuguesa ter-se desenvolvido num ambiente particular e completamente diferente daquele em que se desenvolveu o português europeu: dois territórios distantes e separados pelo Oceano Atlântico e com vidas sociais bem próprias. Sobre tais particularidades das duas modalidades orais da língua portuguesa, prudentemente observa Câmara Jr.:

O problema do português popular e dialetal do Brasil é, naturalmente, outro. Nele podem ter atuado substratos indígenas, não necessariamente, tupi, e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical. Também se verificaram, por outro lado, sobrevivência de traços portugueses arcaicos, que não se eliminaram de áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes de comunicação da vida colonial. (CÂMARA JR. 1985a, p. 31)

No início do século XIX, entretanto, com a chegada do Príncipe Regente e o seu séquito, que perfaziam um total de 15 mil indivíduos, e um conjunto de modernidades favoráveis ao desenvolvimento intelectual e cultural, tudo mudou: a rotina dos habitantes locais se transtorna; a vida cultural passa ser intensa e, por conseguinte, a situação linguística toma novo rumo.

Segundo Silva Neto (1976), a língua portuguesa já se impunha nessa época. É mister ressaltar que a principal língua de comunicação em 1808, quando a família real chega ao Rio de Janeiro, já era o português. E com o contraste entre o uso da língua pelos portugueses da Corte e o uso pelos inúmeros populares que se deslocaram para a metrópole, evidencia-se o português do Brasil com aspectos arcaizantes, que o particularizavam em face do português europeu, que a elite colonial procurava imitar. Porém, esse português do Brasil já se fazia sentir desde o início do século precedente, pois alguns estudiosos já faziam alusões às particularidades da língua dos brasileiros nessa época, como é o caso do clérigo e historiador português Dom Jérónimo Contador de Argote (1676–1749), que escreveu sobre o português falado no Brasil e seu vocabulário exótico ou arcaico, ou o lexicólogo português Frei Luís do Monte Carmelo (1767), que observa o traço fonético dos brasileiros de não fazerem distinção entre as pretônicas abertas e fechadas.

Com a Corte portuguesa, chegou também um novo modelo de vida, ao qual os brasileiros procuravam se adaptar, copiando-o e tentando desenvolvê-lo. Tudo se europeizava no Brasil: o estilo das construções dos prédios e habitações, o modo de se vestir e até o modo de usar a língua; o modelo era exatamente os patrícios que chegaram com a Corte de Lisboa.

Convém esclarecer que, desde essa época, o que se concebe como português do Brasil não é uma unidade em si, mas uma variedade linguística, que se caracteriza por apresentar uma pronúncia específica e um vocabulário diferenciado, principalmente por causa do multilinguismo típico do Brasil-Colônia. Era e continua sendo, pois, uma modalidade regional e de natureza essencialmente, mas não exclusivamente, oral.

Assim como se pode verificar também em Portugal, no uso falado da língua portuguesa, há particularidades de região para região, de uma classe social para outra classe e de um nível de formalismo para o outro nível. São usos variantes que ocorrem em todas as línguas do mundo. Na linguagem literária, que sobrepõe à linguagem oral e é, pois, o que torna possíveis a compreensão e a comunicação entre todos os usuários da língua, não são sentidas tais particularidades em sua morfossintaxe – as regras morfológicas e sintáticas são as da língua portuguesa, que é praticamente uma unidade.

Assim, entre os anos de 1808 e 1821, o Brasil se tornou o centro administrativo do governo português.

D. João VI e seus cortesãos iniciaram um conjunto de ações que determinaram um novo rumo para o Brasil. Primeiramente, decretou a abertura dos portos às nações amigas, reduzindo o contrabando e aumentando os

recursos arrecadados pela coroa. Mais tarde, mandou construir uma Biblioteca Real e autorizou o primeiro jornal do país. Também construiu a Casa da Moeda, o Banco do Brasil, a Academia Real Militar e o Jardim Botânico e efetivou outras obras públicas.

Em 1815, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido e se tornou a sede administrativa do governo português, o que provocou a Revolução do Porto, que causou o retorno de D. João VI a Portugal. No Brasil, D. João VI deixa o seu filho D. Pedro como Príncipe Regente, e as repercussões desses acontecimentos impulsionaram um movimento revolucionário que possibilitou a independência do Brasil.

Nessa época, a língua portuguesa, já consolidada como a única língua de comunicação de massa no país, ainda gerava polêmica entre os literatos no que se referia às particularidades da linguagem brasileira em face das particularidades da linguagem portuguesa.

Com a Independência do Brasil, em 1822, a concepção de uma “língua brasileira” idealizada por determinados literatos causava torpor entre puristas tirânicos; por desconhecimento do fenômeno linguístico como um todo, os puristas se lhe opunham veementemente e o taxava de “língua fabricada”.

Na verdade, em muitos casos, o vocabulário brasileiro é conservador; em muitos outros, regional em Portugal; e em outros, empréstimos que se fixaram durante o multilinguismo colonial ou criações novas, paralelas às criações novas de Portugal. Quanto à pronúncia, no Brasil, predomina o conservadorismo do antigo sistema fonético do Rio de Janeiro, enquanto em Portugal, Lisboa tornava-se, a partir do século XIX, um foco inovador (Cf. SILVA NETO, 1976).

Sobre o caráter conservador da pronúncia carioca e da maior parte do Brasil, Silva Neto (1976, p. 159) sugere que ela “represente a consagração duma pronúncia antiga, muito difundida em Portugal”.

Ainda no século XIX, pouco depois da Independência do Brasil, o movimento literário do Romantismo possibilitou a aproximação da linguagem literária, essencialmente escrita, à linguagem oral brasileira.

Com isso, certas divergências entre as linguagens orais de Portugal e do Brasil passaram a ser divergências também na escrita das duas nações lusófonas. Contudo, tais divergências não refletem na morfossintaxe da língua portuguesa em si, e também não há mesmo uma identidade entre a linguagem oral e a linguagem escrita do português no Brasil, apesar de exercerem influências uma sobre a outra (Cf. BOTELHO, 2012).

Decerto, esse movimento em defesa de uma língua brasileira, que tem a sua origem na leda diferença entre as práticas da língua no Brasil e em Portugal, tomando como base de cotejo a modalidade oral, é equivocada. Que as inúmeras práticas orais, que inclusive se estabelecem em cada um dos dois países, são distintas não se podem negar! Não só no Brasil, que é praticamente um continente em extensão, estabelece-se uma heterogeneidade da linguagem oral, em Portugal também se estabelecem práticas orais diferentes. Contudo, na prática escrita, tal heterogeneidade não é tão nítida, e, embora se possam assinalar pouquíssimas particularidades, como a preferência do gerúndio em perífrases aqui e o infinitivo alhures, há um inegável padrão. Esse movimento, que se fundamenta nas diferenças das pronúncias, nos particularizantes vocabulários e em poucas particularidades sintáticas das oralidades, perderia a sua força se seus militantes partissem de um estudo sério e profundo, em que se analisariam os contextos sociais, culturais e principalmente linguísticos, e não somente políticos com uma pitada de lusofobia, como parece que vem sendo feito.

É incontestável que a linguagem escrita é praticamente a mesma em ambos os países, e é também a mesma nos demais Estados da CPLP<sup>4</sup> (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa); há um *leitmotiv* na prática escrita do português, porquanto existe uma estrutura linguística comum que justifica a denominação “língua portuguesa” do que se deseja “língua brasileira”.

Por conseguinte, penso que não existe propriamente uma língua brasileira; ocorre, não nego, uma modalidade brasileira do português, que se pode convenientemente denominar “língua portuguesa do Brasil”. Por isso, repetirei, insistentemente, as palavras que epigrafei neste artigo acerca da pseudoexistência de uma língua brasileira ou da possibilidade de tal existência.

## 5. *Considerações finais*

Ao finalizar este artigo acerca da presença dos portugueses no Brasil e da prestimosa herança legada pelos patrícios – a língua portuguesa –, espero ter demonstrado a importância das diásporas portuguesas e, em espe-

---

<sup>4</sup> A língua portuguesa é oficial em 9 (nove) Estados Membros da CPLP: Angola (na África), Brasil (na América do Sul), Cabo Verde (na África), Guiné-Bissau (na África), Moçambique (na África), Portugal (na Europa), São Tomé e Príncipe (na África), Timor-Leste (na Ásia) e Guiné Equatorial (na África). Além do português, também o tetum é língua oficial no Timor-Leste, e o espanhol e o francês são línguas oficiais na Guiné Equatorial.

cial, as do século XIX quando se consolidou o português como idioma nacional.

Vimos que até o início do século XIX, a sociedade era colonial e composta de um razoável número de portugueses, muitos índios brasileiros, um considerável número de negros africanos, e os brasileiros que nasciam da mistura desses grupos sociais. Vimos, também, que as emigrações portuguesas para o Brasil já eram intensas até o final do século XVIII e que se efetivaram ainda mais após a Independência deste país em 1822.

Não se pode negar que todos esses grupos contribuíram para a particularização da língua portuguesa do Brasil. Contudo, tem maior importância a participação dos portugueses na instituição da língua desde o início de sua formação, quando o uso da língua geral se mostrava efetivo, até o final do século XVIII, quando o português substituiu a língua geral, cujo uso passa a ser proibido pela autoridade portuguesa.

A imigração de 1808, quando a corte portuguesa se transferiu para o Brasil, inaugura uma nova fase sociopolítica e linguística no país, porquanto se inicia uma série de transformações de todas as naturezas na sua sociedade. Consolidou-se, então, a língua portuguesa do/no Brasil, já que os descendentes dos portugueses, os índios remanescentes, os negros escravizados, mestiços e os novos brasileiros – ladinos – se esforçavam para aprender aquele português transplantado e o manuseavam de forma particularmente brasileira. E é esse uso particularizante que ainda hoje faz a sociedade brasileira é o que constitui o português do Brasil – uma variante linguística da língua portuguesa e não, propriamente uma língua brasileira.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, José Mario. *História externa da língua portuguesa e a formação de seu léxico*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022. 302p.

\_\_\_\_\_. A diáspora portuguesa do século XIX no Brasil e a consolidação do português como língua nacional da terra brasileira. *Revista Nova águia*, n. 17, 1º Semestre de 2016, p. 25-38, Lisboa: Zéfiro, 2016. Disponível em: <https://www.zefiro.pt/product/nova-aguia-n-17> (Palestra apresentada no III Congresso da Cidadania Lusófona do MIL, 2015)

\_\_\_\_\_. *Oralidade e escrita sob a perspectiva do letramento*. Judiaí: Paco, 2012.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Domínio Público, 1618. In: ABREU, Capistrano de (Ed.). Salvador: Pro-

gresso, 1956. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000025.pdf>.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 4. ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

\_\_\_\_\_. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

CAMINHA, Pero Vaz de. A Carta de Pero Vaz de Caminha. In: *Só História*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2022. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/curiosidades/carta/p6.php>.

CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939.

CASTILHO, Ataliba T. de. A língua portuguesa no Brasil. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 1, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3129/2860>.

CASTRO, Ivo. *Introdução à história do português*. 2. ed., Revista e muito ampliada. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HORTA, Ana Paula Beija. “A diáspora portuguesa e a política de multiculturalismo do Canadá. In: *Tempo Exterior*, nº 5, segunda época – xullo/décembro, 2002.

HOLM, J. American Black English and Afrikaans: two germanic semicreoles. Comunicação apresentada no encontro da SPCL, Chicago, 1991.

LEITE, Joaquim da Costa. “Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2000.

LEITE, Serafim Soares. Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil – 1538–1558. In: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo, 1954.

LENȚA, Anatol. L’invention de la langue moldave à l’époque soviétique. Dans: SÉRIOT, P.; TABOURET-KELLER, A. (Dir.). *Cahiers de l’ILSL*. Le discours sur la langue sous les pouvoirs autoritaires, n. 17, p. 115-34, 2004. Disponible sur: [file:///C:/Users/Mario/Downloads/10.lenta\\_17.pdf](file:///C:/Users/Mario/Downloads/10.lenta_17.pdf).

LIMA, Ivana Stolze. A língua de branco no Rio de Janeiro. *Revista do AG-CRJ*, n .9, p. 63-76, 2015. Disponível em: [wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e09\\_a28.pdf](http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e09_a28.pdf)

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004. (Coleção Língua[gem])

\_\_\_\_\_. O Português Brasileiro e o Português Europeu contemporâneos – alguns aspectos da diferença. In: CASTRO, I. (Dir.). *Breve Sumário da História da Língua Portuguesa. História da Língua Portuguesa em Linha*. Lisboa: Instituto Camões, 2002-2004.

\_\_\_\_\_. O português brasileiro. *História da língua portuguesa em linha*. Direção de Ivo Castro. Lisboa: Instituto Camões, 2001-2004. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/hlpbrasil/index.html>.

\_\_\_\_\_. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Primeiros estudos. v. 2. t. 2. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001d. p. 275-301

NÓBREGA, Manuel. *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

PIERONI, G. Os excluídos do Reino: A Inquisição Portuguesa e o degredo para o Brasil-Colônia. *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista Do Programa de Pós-graduação em História da UnB.*, 5(2), 23-40, Brasília, 2011. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27763>.

RESENDE, Ana Catarina Zema de. O Relatório Figueiredo, as violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil dos anos 1960 e a “justa memória”. In: SIQUEIRA, G.S.; WOLKMER, A.C.; PIERDONÁ, Z.L. (Orgs). *História do direito. XXIV Encontro Nacional do CONPEDI – UFS*. Florianópolis: CONPEDI/UFS, 2015. p. 489-513 (Recurso eletrônico *on-line*)

SCHOMMER, Aurélio. *A história do Brasil vira-lata: As razões históricas da tradição autodepreciativa brasileira*. Salvador-BA: Casarão do Verbo, 2012.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1976. (Coleção Linguagem 1)

VIEIRA, Pe. Antônio. *Sermões*. Vol. VIII. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. *Obras várias*. Lisboa: J. M. C. Seabra; T. Q. Antunes, 1856.